COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

CNPJ/MF n. 16.636.540/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS - MÉTODO INDIRETO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (VALORES EM REAIS)

	2019	2018 Reapresentado
ATIVIDADE OPERACIONAL		
Resultado Líquido antes do IRPJ e CSLL	22.947.457	(3.576.286)
Depreciação e amortização	9.741.994	10.978.203
Depreciação Reavaliação	39.992	39.992
Baixa não monetária imobilizado/almoxarifado	195.046	18.737
Despesas de juros	-	93.764
Provisão para processos judiciais	-	1.644.709
Reversão provisão para processos judiciais	(1.473.129)	-
PECLD	33.414.903	-
IRPJ/CSLL diferidos	775.182	(726.170)
Ativo de contrato	(1.130.096)	760.005
Ganho com prescrição	(119.335)	(1.541.910)
Benefício pós-emprego	-	(2.252.845)
Serviços realizados a faturar	(9.807.006)	9.239.191
Ganho com bens em substituição	(25.765)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(14.559.362)	11.816.199
RESULTADO AJUSTADO	**39.999.880**	**26.493.590**
Redução (aumento) nas contas de ativos	**53.610.479**	**(54.028.807)**
Contas a receber de clientes	50.644.871	(48.189.897)
Estoques	660.527	60.775
Impostos a recuperar	1.990.101	555.381
Créditos Pis/Cofins a utilizar	640.728	(462.902)
Depósitos judiciais	(573.389)	(5.589.300)
Demais contas a receber	247.641	(402.864)
Aumento (Redução) nas contas de passivos	**(35.057.218)**	**(6.016.562)**
Fornecedores	(26.035.911)	8.815.189
Impostos a recolher	20.010.654	7.402.730
Salários e encargos sociais	(1.695.441)	(2.523.203)
Parcelamento de débitos - Libertas (Passivo Atuarial)	(4.465.995)	(3.885.317)
Parcelamento de débitos - Refis	(17.896.356)	(2.935.529)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(12.080.419)
Pasep a Recolher	(4.914.367)	-
Outras contas a pagar	(59.802)	(810.013)
IRPJ e CSLL do Exercício	(14.495.751)	(7.184.953)
IRPJ e CSLL Diferidos	(775.182)	726.170
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	**43.282.208**	**(40.010.562)**
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital Social	-	20.000.000
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamento	**-**	**20.000.000**
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aumento do ativo imobilizado	(2.863.821)	(10.488.226)
Aumento do ativo intangível	(2.968.966)	(364.559)
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos	**(5.832.787)**	**(10.852.785)**
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**37.449.422**	**(30.863.347)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		
No início do período	4.547.652	35.410.999
No fim do período	41.997.074	4.547.652
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**37.449.422**	**(30.863.347)**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte, MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública e iniciativa privada, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como missão propiciar o desenvolvimento contínuo da administração pública por meio de soluções em tecnologia da informação e comunicação em benefício do cidadão no âmbito do Estado de Minas Gerais. Dentre os segmentos de atuação da Companhia destacam-se os serviços de data center, sistemas de informação, rede, business intelligence, infraestrutura e certificação digital.

No exercício de 2019, a Prodemge, juntamente com o Governo de Minas Gerais, deu um passo importante na sua transformação digital, extinguindo a impressão do Jornal Minas Gerais. A Companhia suspendeu o convênio com a extinta Secretaria de Casa Civil e Relações Institucionais (atual Secretaria de Governo - Segov), pelo qual a empresa absorveu a prestação de serviços gráficos da extinta Imprensa Oficial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 14 de fevereiro de 2020.

2.2 Base de mensuração
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamento
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CFC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas 06 e 07 – Contas a receber e serviços a faturar
Nota 25 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos
Nota 26 – Processos judiciais

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo de aquisição, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.

b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e não excedem o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 10 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.

f) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.

g) O reconhecimento dos processos judiciais é constituído com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.

h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, pelos seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.

i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caraterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

- Plano de Benefício Definido e Saldado: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.

- A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.

- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), implantado no ano de 2019, foram constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento. O cálculo considera as faturas vencidas, utilizando-se o critério temporal. Com base no histórico, os valores vencidos há mais de 04 anos possuem maior possibilidade de não recebimento e, portanto, compõem a PECLD, salvo naqueles casos em que haja manifestação formal de pagamento por parte do cliente.

3.1 PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

- **CPC 06 – R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil**

Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e revoga o CPC 06 – R1 (IAS 17) e correspondentes interpretações. A Companhia não possui contratos de arrendamento, assim, a adoção desta norma contábil não trouxe impactos no reconhecimento das receitas e, consequentemente, nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. RETIFICAÇÃO DE ERROS

A Companhia refez a apuração do Lucro real e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos exercícios de 2017 e 2018 e identificou novos montantes dos tributos IRPJ e CSLL a recolher.

Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes relativos aos exercícios anteriores apresentados para fins de comparação, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO	31/12/2017 Original	Ajustes	01/01/2018 Reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	35.410.999		35.410.999
Clientes - contas a receber	102.584.424		102.584.424
Serviços realizados a faturar	52.080.514		52.080.514
Estoques	1.647.475		1.647.475
Impostos a recuperar	2.578.302		2.578.302
Créditos Pis/Cofins	980.146		980.146
Devedores diversos	652.117		652.117
Ativos de contratos	-		-
Despesas do exercício seguinte	66.408		66.408
	196.000.385	**-**	**196.000.385**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo	541.786		541.786
Investimentos	900		900
Imobilizado	37.270.282		37.270.282
Intangível	4.758.752		4.758.752
	42.571.720	**-**	**42.571.720**
TOTAL DO ATIVO	**238.572.105**		**238.572.105**

PASSIVO	31/12/2017 Original	Ajustes	01/01/2018 Reapresentado
CIRCULANTE			
Fornecedores	32.421.933		32.421.933
Obrigações sociais e trabalhistas	36.780.707		36.780.707
Obrigações fiscais	3.698.412	6.614.813	10.313.225
Provisão de férias	14.092.961		14.092.961
REFIS	2.252.096		2.252.096
Passivo atuarial Libertas	8.153.613		8.153.613
Demais contas a pagar	1.972.932		1.972.932
	99.372.654	**6.614.813**	**105.987.467**
NÃO CIRCULANTE			
REFIS	18.579.789		18.579.789
Passivo atuarial Libertas	23.572.380		23.572.380
Provisão p/IRPJ e CSLL diferidos	17.895.376		17.895.376
Obrigações sociais	4.820.603		4.820.603
Benefício Pós-Emprego	3.847.038		3.847.038
Provisão para processos judiciais	8.255.190		8.255.190
	76.970.376	**-**	**76.970.376**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social realizado	77.227.838		77.227.838
Reserva de capital	-		-
Ajuste avaliação atuarial	(3.847.038)		(3.847.038)
Reserva de reavaliação	10.348.231		10.348.231
Lucro/Prejuízo Acumulado	(21.499.956)	(6.614.813)	(28.114.769)
	62.229.075	**(6.614.813)**	**55.614.262**
TOTAL DO PASSIVO	**238.572.105**	**-**	**238.572.105**

ATIVO	31/12/2018 Original	Ajustes	31/12/2018 Reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	4.547.652		4.547.652
Clientes - contas a receber	150.774.321		150.774.321
Serviços realizados a faturar	42.841.323		42.841.323
Estoques	1.586.700		1.586.700
Impostos a recuperar	2.022.921		2.022.921
Créditos Pis/Cofins	1.443.048		1.443.048
Devedores diversos	787.718		787.718
Ativos de contratos	1.155.512		1.155.512
Despesas do exercício seguinte	350.870		350.870
	205.510.065	**-**	**205.510.065**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo	6.167.585		6.167.585
Investimentos	313.310		313.310
Imobilizado	35.984.276		35.984.276
Intangível	2.995.242		2.995.242
	45.460.413		**45.460.413**
TOTAL DO ATIVO	**250.970.478**	**-**	**250.970.478**

PASSIVO	31/12/2018 Original	Ajustes	31/12/2018 Reapresentado
CIRCULANTE			
Fornecedores	38.425.452		38.425.452
Obrigações sociais e trabalhistas	23.040.835		23.040.835
Obrigações fiscais	3.156.593	14.559.362	17.715.955
Provisão de férias	14.933.010		14.933.010
REFIS	2.386.181		2.386.181
Passivo atuarial Libertas	6.647.653		6.647.653
Demais contas a pagar	1.162.918		1.162.918
	89.752.642	**14.559.362**	**104.312.004**
NÃO CIRCULANTE			
REFIS	15.510.176		15.510.176
Passivo atuarial Libertas	21.193.023		21.193.023
Provisão p/IRPJ e CSLLdiferidos	5.292.157		5.292.157
Obrigações sociais	4.914.366		4.914.366
Benefício Pós-Emprego	5.173.171		5.173.171
Provisão para processos judiciais	9.899.899		9.899.899
	61.982.792	**-**	**61.982.792**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social realizado	97.540.247		97.540.247
Reserva de capital	1		1
Ajuste avaliação atuarial	1.191.727		1.191.727
Reserva de reavaliação	10.321.837		10.321.837
Lucro/Prejuízo Acumulado	(9.818.768)	(14.559.362)	(24.378.130)
	99.235.044	**(14.559.362)**	**84.675.682**
TOTAL DO PASSIVO	**250.970.478**	**-**	**250.970.478**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

	2018 Original	Ajustes	2018 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Prestação de serviços	297.833.153		297.833.153
Vendas canceladas	(757.239)		(757.239)
Impostos incidentes	(44.164.170)		(44.164.170)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	**252.911.744**	**-**	**252.911.744**
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**(201.084.388)**	**-**	**(201.084.388)**
LUCRO BRUTO	**51.827.356**	**-**	**51.827.356**
DESPESAS/ RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	(48.939.808)		(48.939.808)
Despesas financeiras	(9.265.026)	(1.178.181)	(10.443.207)
Receitas financeiras	2.431.171		2.431.171
Provisão para processos judiciais	(1.644.709)		(1.644.709)
Despesas tributárias	(1.064.765)		(1.064.765)
Outras receitas/despesas operacionais	4.257.676		4.257.676
	(54.225.461)	**(1.178.181)**	**(55.403.642)**
LUCRO/ PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(2.398.105)**	**(1.178.181)**	**(3.576.286)**
Provisão IRPJ diferido	533.949		533.949
Provisão CSLL diferida	192.222		192.222
Imposto de renda	(253.938)	(4.891.239)	(5.145.177)
Contribuição social	(164.648)	(1.875.128)	(2.039.776)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(2.090.520)**	**(7.944.549)**	**(10.035.069)**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2018	Ajuste	2018 Reapresentado
PREJUÍZO/LUCRO DO EXERCÍCIO	**(2.090.520)**	**(7.944.549)**	**(10.035.069)**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Ajuste avaliação atuarial	5.038.765		5.038.765
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	**2.948.245**	**(7.944.549)**	**(4.996.304)**

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202003062054070132.